

DECRETO Nº 13.338 DE 01 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, DO SETOR TERRITÓRIO CIDADÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cascavel, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso VI, da Lei Orgânica de Cascavel e pelo art. 43 da Lei 5.307/09, alterado pelo art. 4º da Lei 5.730/11, bem como a Comunicação Interna nº 04/2017 da Secretaria Municipal de Administração, DECRETA:

Subseção I

Da Criação do Setor Território Cidadão

Art. 1º Fica criado na Administração Pública Municipal, complementando a estrutura existente, o Setor Território Cidadão.

Art. 2º O Setor Território Cidadão terá como objetivo principal, a mudança eficiente de uma determinada região ou bairros a partir da implementação de ações integradas e conjuntas de todas as áreas da Administração Pública Municipal, e terá como objetivos específicos:

I - Realizar a Gestão Pública por meio de projetos estruturados e embasados, visando obter ganho de qualidade e efetividade no serviço público;

II - Planejar e executar tarefas de forma estruturada, por pessoal qualificado, com objeto definido, cronograma e orçamentos conhecidos, além de estabelecer controles e indicadores para avaliação dos resultados alcançados comparados com o previsto;

III - Apontar caminhos para a adoção e aprimoramento da gestão eficiente na Administração Pública Municipal, bem como o método para operacionalizar essa implantação.

Subseção II

Das Finalidades

Art. 3º O Setor Território Cidadão terá como finalidades:

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa [Política de Privacidade](#).

II - Realizar ações integradas e conjuntas entre todas as Unidades Administrativas;

Continuar

III - Realizar diagnóstico comunitário em cada território visando à visualização e quantificação das demandas de cada região da cidade, bem como das situações que necessitam de atuação mais específica;

IV - Obter dados físicos, topográficos, habitacionais, sociais entre outros para subsidiar ações de planejamento integrado;

V - Promover em cada território implantado o desenvolvimento do comércio, indústria, cultura, esportes, melhorando a saúde, a segurança pública, a educação e num todo a infraestrutura local e qualidade de vida da população;

VI - Obter resultado eficiente e eficaz da utilização dos recursos e bens públicos em cada Território;

VII - Promover mudança no perfil do Território trazendo desenvolvimento e equalização com padrões de outras áreas do Município;

VIII - Implantar o Conselho Consultivo do Território;

IX - Buscar continuamente aprimorar a qualidade dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos, visando alcançar sua missão precípua de melhor atender às necessidades da sociedade;

X - Executar outras atividades correlatas.

Subseção III Da Coordenação

Art. 4º O Setor Território Cidadão será vinculado à Secretaria de Governo - SEGOV, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 5.307/2009, sendo que as atividades serão executadas pelas Unidades Administrativas Municipais com atribuições e funções correlatas.

Art. 5º O Coordenador Geral do Setor Território Cidadão terá as seguintes atribuições:

I - Planejar estratégias e fluxos de ação, bem como das atividades a serem realizadas no Território;

II - Coordenar reuniões intersetoriais mobilizadoras;

III - Realizar e coordenar ações de implantação e acompanhamento de cada Território;

IV - Coordenar as obras e serviços necessários à implantação de cada Território;

V - Coordenar e acompanhar os projetos realizados nos Territórios;

VI - Oferecer apoio técnico a cadeia precursora dos projetos;

VII - Organizar e realizar reuniões mobilizadoras com a sociedade civil, conselhos, associações e cooperativas;

VIII - Apoiar e subsidiar com informações a elaboração de documentos, termos de referência para convênios e parcerias a serem firmados;

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa [Política de](#)

IX - Acompanhar os processos licitatórios que ^{Privacidade} forem necessários;

X - Participar no processo de concepção, ^{Continuar} formação e elaboração de conselhos e cooperativas nos

Territórios;

XI - Executar outras atividades correlatas.

Art. 6º Cada Unidade Administrativa indicará um representante responsável, pelo acompanhamento das atividades e ações inerentes ao Setor Território Cidadão, conforme responsabilidade e competência de sua Unidade Administrativa, que ficará sob orientação do Coordenador Geral.

Parágrafo único. Cada Unidade Administrativa indicará outros representantes com habilidades, prática e conhecimentos condizentes com as atividades e ações a serem executadas no Setor Território Cidadão.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16 de janeiro de 2017.

Art. 8º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Cascavel, 01 de março de 2017.

Leonardo Paranhos,
Prefeito Municipal.

Cletírio Ferreira Feistler,
Secretário de Administração.

Luciano Braga Côrtes,
Secretário de Assuntos Jurídicos.

PUBLICADO EM 09/05/2017
ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO Nº 1788
ÓRGÃO IMPRESSO O PARANÁ Nº 12.498

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 09/05/2017

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa [Política de Privacidade](#)

Continuar